

M | LEGATE



Independent member
Morison Global

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO
AUDITOR INDEPENDENTE**

**SOCIEDADE BENEFICENTE
SÃO CAMILO
Mantenedora do
HOSPITAL REGIONAL DO
VALE PARAÍBA**

São Paulo, 20 de março de 2024

À
SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO
Mantenedora do
HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA
Taubaté - SP

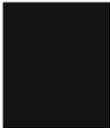
Prezados Senhores

Pela presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.Sas. as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023 do **HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA**, preparadas pela administração, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional necessário, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES



SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO
Mantenedora do
HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro 2023 e 2022
Acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Índice

	Páginas
Relatório do Auditor Independente	2
Demonstrações Financeiras	
Balanço Patrimonial Ativo e Passivo	5
Demonstração do Resultado	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras	9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO
mantenedora do
HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA
Taubaté – SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO** referente ao convênio para gestão do **HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO** referente ao convênio para gestão do **HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBCTG 1000-R1), e a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002-R1).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, a **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO** possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde – CEBAS, mas o processo de renovação do CEBAS está em curso no Ministério da Saúde, com nº 25000.203986/2018-36 e nº 25000.175559/2021-56. As demonstrações financeiras não refletem nenhum ajuste exigido caso não seja renovado referido certificado. Nossa opinião não contém ressalva em decorrência desse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Leitura das demonstrações financeiras

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, o **HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA** não possui personalidade jurídica própria, visto que a **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO** é a responsável pela operacionalização, administração e execução das atividades e dos serviços de saúde da entidade. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Sociedade Beneficente São Camilo.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade e do contrato de gestão continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2024.

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES

HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA
(Convênio entre a Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente São Camilo)
CNPJ/MF: 60.975.737/0072-45
BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Circulante	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	2.2 (a) /3	19.729.474,82	17.368.755,05	Fornecedores	2.2 (c) /8	8.258.524,87	11.314.563,46
Contas a Receber de Convênios e SUS	2.2 (c) /4	23.561.140,78	27.603.212,12	Obrigações trabalhistas	2.2 (c) /9	12.013.237,51	11.318.229,14
Direitos a Faturar (CPC 47)	2.2 (c) /4	6.257.097,96	4.683.771,72	Obrigações sociais	2.2 (c)	1.173.503,75	1.066.593,21
Outros Créditos	2.2 (c) /5	261.071,78	602.057,84	Obrigações fiscais	2.2 (c)	1.338.214,80	1.303.831,45
Estoques	2.2 (b) /6	6.927.903,44	5.478.054,17	Outras obrigações	2.2 (c)	14.530.363,89	10.877.980,38
Despesas Antecipadas	2.2 (c)	12.082,54	6.236,69				
Total do Ativo Circulante		56.748.771,32	55.742.087,59	Total do Passivo Circulante		37.313.844,82	35.881.197,64
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Contas a Receber	2.2 (c) /4	836.249,78	604.082,48	Contas a Pagar		15.497,40	15.497,40
Depósitos judiciais	2.2 (c) /4	1.589.316,29	1.738.648,87	Provisões para demandas judiciais	13	6.903.711,80	9.235.933,53
Imobilizado + Intangível				Total do Passivo Não Circulante		6.919.209,20	9.251.430,93
Imobilizado - Gestão Pública	2.2 (e) /7	74.105.291,73	72.625.137,45				
(-) Depreciação Acumulada	2.2 (e) /7	(50.493.305,32)	(47.610.067,84)	Patrimônio Líquido			
Intangível - Gestão Pública	2.2 (e) /7	1.371.074,62	1.264.008,70	Patrimônio Social	2.2 (g)	38.204.663,69	33.640.477,25
(-) Amortização Acumulada	2.2 (e) /7	(1.208.565,54)	(1.112.425,99)	Transferências/ Comodato	2.2 (g)	163.880,99	-
Imobilizações em andamento	2.2 (e) /7	377.248,47	85.821,00	Resultado do Exercício	2.2 (f)	724.482,65	4.564.186,44
Total do Ativo Não Circulante		26.577.310,03	27.595.204,67	Total do Patrimônio Líquido		39.093.027,33	38.204.663,69
Total do Ativo		83.326.081,35	83.337.292,26	Total do Passivo + Patrimônio Líquido		83.326.081,35	83.337.292,26

As notas explicativas fazem parte destas demonstrações financeiras

HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA (Convênio entre a Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente São Camilo) CNPJ/MF: 60.975.737/0072-45 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)			
Receitas - Saúde	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receitas Operacionais			
Receitas - Convênios/Particulares	17	97.276.046,64	99.096.093,12
(-) Glosas - Convênios/Particulares	17	(2.534.987,97)	(3.125.535,22)
Receitas Direitos a Faturar (CPC 47)	17	1.573.326,24	(2.490.292,60)
Receitas - SUS		79.459.072,24	75.144.446,06
(-) Glosas - SUS		(9.045.984,87)	(3.981.098,37)
Receitas - Convênio Estadual - Secretaria da Saúde		84.724.152,00	79.925.198,03
Gratuidades			
Custo Gratuidades Concedidas	14	75.389.898,10	76.261.126,53
(-) Isenção Gratuidades Concedidas	14	(75.389.898,10)	(76.261.126,53)
(=) Receita Operacional Líquida	14	251.451.624,28	244.568.811,02
Custos - Saúde			
(-) Custo dos Serviços Prestados		(244.574.788,50)	(228.507.694,44)
(-) Isenções das Contribuições Previdenciárias/Sociais			
Custo das Contribuições Previdenciárias	14	20.532.826,12	18.677.369,28
(-) Isenção das Contribuições Previdenciárias	14	(20.532.826,12)	(18.677.369,28)
Custo COFINS	14	11.062.122,97	10.421.550,78
(-) Isenção COFINS	14	(11.062.122,97)	(10.421.550,78)
Custo CSLL	14	65.203,44	410.776,78
(-) Isenção CSLL	14	(65.203,44)	(410.776,78)
(=) Superávit Bruto		6.876.835,78	16.061.116,58
(+/-) Despesas Administrativas			
Custos com Pessoal		(20.987.085,83)	(18.922.971,17)
Serviços de Terceiros		(866.824,48)	(557.946,13)
Materiais Médicos não Reembolsáveis		(380.955,45)	(325.347,01)
Impostos, Taxas e Contribuições		(1.681,73)	(6.443,01)
Gerais		(4.499.452,51)	(3.796.563,91)
(=) Subtotal		(19.859.164,22)	(7.548.154,65)
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais			
Receitas com Doações	17	6.646.772,53	10.631.962,23
Receitas Diversas	17	4.320.904,20	1.511.898,03
Subvenções	14	12.461.785,97	2.474.451,29
Despesas Diversas		(4.401.476,50)	(3.727.995,23)
(=) Resultado Antes das Receitas / Despesas Financeiras Líquidas		(831.178,02)	3.342.161,67
(+/-) Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas com Saúde			
Receitas Financeiras	17	1.671.987,22	1.351.647,36
Despesas Financeiras		(116.326,55)	(129.622,59)
(=) Subtotal		1.555.660,67	1.222.024,77
(=) Superávit do Exercício	2.2 (f)	724.482,65	4.564.186,44
As notas explicativas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras			

HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA (Convênio entre a Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente São Camilo) CNPJ/MF: 60.975.737/0072-45			
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em Reais)			
Descrição	Patrimônio Social	Superávit/ (Déficit) do Exercício	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2021	24.654.640,41	8.985.836,84	33.640.477,25
Incorporação do Resultado anterior ao Patrimônio Social	8.985.836,84	(8.985.836,84)	-
Superávit do Exercício	-	4.564.186,44	4.564.186,44
Saldos em 31/12/2022	33.640.477,25	4.564.186,44	38.204.663,69
Incorporação do Resultado anterior ao Patrimônio Social	4.564.186,44	(4.564.186,44)	-
Superávit do Exercício	-	724.482,65	724.482,65
Transferências	163.880,99	-	163.880,99
Saldos em 31/12/2023	38.368.544,68	724.482,65	39.093.027,33
As notas explicativas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras			



HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA (Convênio entre a Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente São Camilo) CNPJ/MF: 60.975.737/0072-45 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em Reais)		
	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do Exercício	724.482,65	4.564.186,44
Ajustes no resultado para conciliar o caixa:		
Depreciação e amortização	5.101.036,37	3.814.547,21
Baixa Líquida de Imobilizado	133.520,23	51.366,25
Transferências recebidas	163.880,99	-
Constituição de perdas esperadas de créditos (Reversão)/ Provisão para demandas judiciais	6.760.635,40 (2.332.221,73)	6.658.830,44 387.246,01
Resultado ajustado	10.551.333,91	15.476.176,35
Aumento ou Redução de ativos e passivos		
Redução / (Aumento) de Contas a Receber e Outros Créditos	(4.183.071,54)	(4.686.823,81)
Redução / (Aumento) de Estoques	(1.449.849,27)	(179.545,57)
Redução / (Aumento) de Despesas Antecipadas	(5.845,85)	(596,87)
Redução / (Aumento) de Depósitos Judiciais	149.332,58	(307.238,03)
(Redução) / Aumento de Fornecedores	(3.056.038,59)	1.048.911,42
(Redução) / Aumento de Obrigações Trabalhistas	695.008,37	1.231.497,67
(Redução) / Aumento de Obrigações Sociais	106.910,54	168.135,35
(Redução) / Aumento de Obrigações Fiscais	34.383,35	298.674,54
(Redução) / Aumento de Outras Obrigações	3.652.383,51	2.179.362,39
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	6.494.547,01	15.228.553,44
Atividades de investimentos		
(Aquisição do Ativo Imobilizado)	(3.648.158,27)	(8.263.292,46)
(Aquisição do Ativo Intangível)	(108.420,50)	(15.279,00)
(Imobilizações em andamento)	(377.248,47)	(85.821,00)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(4.133.827,24)	(8.364.392,46)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	2.360.719,77	6.864.160,98
Demonstrado como segue:		
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	17.368.755,05	10.504.594,07
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	19.729.474,82	17.368.755,05
Variação de Caixa e equivalentes de caixa	2.360.719,77	6.864.160,98
As notas explicativas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras		

**HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA
ADMINISTRADO PELA
SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO**

**(Convênio entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo
e a Sociedade Beneficente São Camilo
SPDOC nº 862257/2020 de 01/07/2020)
C.N.P.J. 60.975.737/0072-45**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em Reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO (Matriz)**, mantenedora do **HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA (filial)**, é pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, reconhecida como instituição filantrópica, com sede e foro jurídico na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, fundada em 17 de julho de 1923 e registrada no Conselho Nacional do Serviço Social, processo nº 23.065/38, em 02 de novembro de 1938.

A **Sociedade Beneficente São Camilo** tem as seguintes finalidades:

- I. Prestar assistência à saúde a quantos buscarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo, opinião política ou qualquer outra condição, prestando serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação de clientela, de acordo com suas possibilidades e o estabelecido na legislação em vigor.
- II. Desenvolver atividades educacionais na área religiosa e da saúde, podendo, para tanto, fundar e manter escolas, faculdades e outros cursos e franqueá-los a quem de direito os procurar; podendo oferecer bolsas de estudo e financiar atividades que visem o preparo de recursos humanos na área da saúde.
- III. Elaborar e editar material didático relacionado com suas finalidades estatutárias;
- IV. Prestar serviços de assistência social ao menor, através de creches e maternais.

Este é um hospital geral voltado para a média e alta complexidade, com sede na cidade de Taubaté, tendo como perfil principal o atendimento cirúrgico, contando atualmente com 249 leitos e corpo clínico com 728 médicos cadastrados, o que o torna referência para 39 municípios do Estado de São Paulo.

O **Hospital Regional do Vale do Paraíba** manteve o convênio SPDOC nº 862257/2020 com prazo de vigência de cinco anos, iniciando em 01/07/2020, com aditivos de retratificação entre a **Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo** e a **Sociedade Beneficente São Camilo**.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil, requeridas para o período findo em 31 de dezembro de 2023, que consideram as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei Nº 6.404/76 e alterações posteriores, bem como os entendimentos da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 (R1) – Entidades Sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas uniformemente na preparação das Demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A demonstração de resultado abrangente não está sendo apresentada devido não haver resultados nestas características.

BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidades sem fins lucrativos. A elaboração das demonstrações financeiras foi concluída pela administração em 31 de janeiro de 2024.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Entidade incluem, portanto, estimativas referentes à avaliação de ativos financeiros a valor justo, análise do risco de crédito na determinação das perdas estimadas de créditos, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às referidas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas inicialmente com base no custo histórico.

2.2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras e em contas de caderneta de poupança mantidas em Instituições Financeiras de primeira linha.

As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As aplicações em contas de caderneta de poupança são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço atual de mercado e, em geral, compreendem os materiais na operação da Entidade (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.).

c) Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

d) Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

A Entidade avalia periodicamente o efeito desse ajuste. Nesse exercício não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem para serem ajustadas a valor presente.

e) Imobilizado e Intangível

Registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação/amortização acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado por bem.

As taxas de depreciação em uso estão apropriadas, em relação aos níveis de utilização dos ativos.

Ressalte-se que todos os bens móveis adquiridos ou através de doações com verbas de investimentos e verbas de recursos próprios, pertencem ao poder público - "Governo do Estado de São Paulo".

f) Apuração do resultado do exercício

As receitas, custos e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

g) Patrimônio Líquido

O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos superávits e ou diminuído pelos déficits apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social não são devidos em decorrência da imunidade tributária, por tratar-se de Entidade sem fins lucrativos, amparada nos artigos 150, inciso VI, letra "C" e 195, parágrafo 7º, ambos da Constituição Federal de 1988.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa geral (Rec. Próprio) Sem restrição	2.000,00	2.000,00
Contas correntes(Rec. Próprio) Sem Restrição	5.214,76	5.389,35
Aplic. Financ. (Rec. Público) Com Restrição	12.816.576,94	10.755.518,52
Aplic. Financ. (Rec. Próprio) Sem Restrição	6.905.683,12	6.605.847,18
	19.729.474,82	17.368.755,05

Os recursos de aplicações financeiras são rentabilizados por Caderneta de Poupança e por Fundo de Investimento de Renda Fixa Curto Prazo Absoluto do Banco do Brasil.

4. CRÉDITOS COM PACIENTES E CONVÊNIOS

Ativo Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Créditos com Pacientes Particulares	629.106,26	1.051.008,91
Créditos com Pacientes Convênios	15.747.508,54	24.299.926,16
Créditos de Pacientes do SUS	7.908.627,67	7.276.434,20
(-) Perdas Estimadas de Créditos	(724.101,69)	(5.024.157,15)
	23.561.140,78	27.603.212,12
Direitos a Faturar - CPC 47 (a)	6.257.097,96	4.683.771,72
	29.818.238,74	32.286.983,84

Ativo Não Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Crédito com Pacientes - Longo Prazo	16.385.680,75	5.132.822,59
Outras Cobranças	40.000,00	0,00
(-) Perdas Estimadas de Créditos	(15.589.430,97)	(4.528.740,11)
Subtotal	836.249,78	604.082,48
Depósitos Judiciais	1.589.316,29	1.738.648,87
	2.425.566,07	2.342.731,35

As Perdas Estimadas de Créditos foram avaliadas por vencimento e consideradas suficientes pela administração.

(a) Os Direitos a Faturar (CPC 47) se referem à efetiva produção em 2023, cujas contas de pacientes sofrerão o faturamento na próxima competência.

5. OUTROS CRÉDITOS

Outros Créditos - Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Créditos de Funcionários	260.974,84	538.875,83
Outros Créditos	96,94	63.182,01
	261.071,78	602.057,84

6. ESTOQUES

Estoques	31/12/2023	31/12/2022
Drogas e Medicamentos	3.373.049,37	2.554.876,89
Materiais de uso paciente	2.063.015,56	1.717.266,98
Gêneros Alimentícios	22.358,74	18.723,76
Produtos de Limpeza	61.889,09	84.111,63
Impressos Mat. de Expediente	56.461,35	42.521,24
Materiais de Laboratório	280.136,35	188.592,73
Materiais Especiais	658.532,15	405.802,32
Outros Materiais	412.460,83	466.158,62
	6.927.903,44	5.478.054,17

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL – GESTÃO PÚBLICA

Imobilizado – Gestão Pública	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023	Taxa de Deprec.
Benfeitorias Imóveis de 3ºs.	29.682.099,89	-	-	29.682.099,89	4% a.a.
Móveis e Máquinas	13.281.882,18	678.964,86	(278.413,26)	13.682.433,78	10% a.a.
Apar. e Instr. de Med. e Cirurgia	24.833.768,51	2.524.420,49	(1.734.827,20)	25.623.361,80	20% a.a.
Equip. de Proc. Dados	2.405.934,73	289.199,03	(112.130,38)	2.583.003,38	20% a.a.
Equip. de Laboratório	185.718,80	-	-	185.718,80	20% a.a.
Instalações	1.255.486,14	-	-	1.255.486,14	10% a.a.
Biblioteca	27.609,38	474,50	-	28.083,88	10% a.a.
Outras Imobilizações	871.737,82	155.099,39	(42.633,15)	984.204,06	10% a.a.
Veículos	80.900,00	-	-	80.900,00	20% a.a.
Total	72.625.137,45	3.648.158,27	(2.168.003,99)	74.105.291,73	
(-) Depreciação acumulada	(47.610.067,84)	(5.003.623,06)	2.120.385,58	(50.493.305,32)	
(=) Imobilizado – líquido	25.015.069,61	(1.355.464,79)	(47.618,41)	23.611.986,41	

Intangível – Gestão Pública	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023	Taxa de Deprec.
Software	1.264.008,70	108.420,50	(1.354,58)	1.371.074,62	20% a.a.
(-) Amortização acumulada	(1.112.425,99)	(97.413,31)	1.273,76	(1.208.565,54)	
(=) Intangível - líquido	151.582,71	11.007,19	(80,82)	162.509,08	

Imobilizações em andamento	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Imobilizações em andamento	85.821,00	453.748,47	(162.321,00)	377.248,47
(=) Imobilizações em andamento	85.821,00	453.748,47	(162.321,00)	377.248,47

8. FORNECEDORES

Fornecedores	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de Materiais e Medicamentos	2.772.623,84	3.635.746,83
Fornecedores de Serviços Médicos	57.169,91	80.272,83
Fornecedores de Serviços Diversos	340.282,65	426.178,21
Fornecedores de Imobilizado	41.270,28	328.107,04
Fornecedores de Materiais Especiais	3.631.980,20	4.920.013,14
Fornecedores de Materiais Diversos	1.415.197,99	1.924.245,41
Fornecedores	8.258.524,87	11.314.563,46

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Obrigações – Saúde	31/12/2023	31/12/2022
Ordenados a Pagar	4.556.007,04	4.258.925,14
Provisão de Férias e Encargos	7.457.230,47	7.059.304,00
Obrigações Trabalhistas	12.013.237,51	11.318.229,14

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Obrigações – Saúde	31/12/2023	31/12/2022
FGTS a Recolher	706.782,37	663.887,77
INSS a Recolher	454.366,71	390.440,20
INSS a Recolher de Terceiros	11.508,26	11.759,19
Outras Obrigações Sociais	846,41	506,05
Obrigações Sociais	1.173.503,75	1.066.593,21

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Obrigações – Saúde	31/12/2023	31/12/2022
IRRF a Recolher	1.023.170,78	924.208,37
IRRF a Recolher de Terceiros	55.501,60	68.013,24
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	177.748,43	216.732,20
ISS na Fonte a Recolher	81.793,99	94.877,64
Obrigações Fiscais	1.338.214,80	1.303.831,45

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras Obrigações – Saúde	31/12/2023	31/12/2022
Honorários Médicos a Pagar	8.994.858,23	7.047.432,12
Contas a Pagar	1.926.542,76	1.752.467,85
Empréstimos a Repassar	9.652,63	19.529,97
Subvenções a Realizar (*)	3.023.297,33	1.964.545,56
Outras Obrigações	576.012,94	94.004,88
Outras Obrigações – Circulante	14.530.363,89	10.877.980,38

(*) Em 2022 e 2023, a Entidade recebeu repasses estaduais e ministeriais (Termo Aditivo nº 06/2022, Termo Aditivo nº 07/2022, Termo Aditivo nº 02/2023, Termo Aditivo nº 03/2023 e Portaria GM/MS nº 0597/2023, que foram acrescidos de rendimentos sobre aplicações financeiras e se encontram em aberto na conta de Subvenções a Realizar, conforme segue:

Repasse Acrescidos dos Rendimentos sobre Aplicações Financeiras	Valor
Repasse T.A. 06/2022 (saldo remanescente)	36.241,30
Repasse T.A. 07/2022 (saldo remanescente)	1.136.892,60
Repasse T.A. 02/2023	1.298.841,60
Repasse T.A. 03/2023	418.158,91
Repasse Portaria GM/MS nº0597 (saldo remanescente)	133.162,92
Total	3.023.297,33
Saldo a utilizar no exercício seguinte	3.023.297,33

13. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A administração do Hospital efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos nos processos contenciosos que possam surgir no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, com base na opinião dos seus assessores jurídicos. A avaliação e classificação entre perda provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão de acordo com os critérios determinados pela administração, incluindo bases históricas.

Para fins de divulgação, os riscos de perda provável e possível correspondem a:

Parecer Jurídico - Processos Judiciais		
Risco de Perda	R\$	Situação
Risco Provável	6.903.711,80	Registrado
Risco Possível	4.135.824,34	Divulgação

14. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

O Hospital mantém controles que demonstram no exercício de 2023 o cumprimento do percentual de 78,85% de atendimento à pacientes do SUS, medido por paciente-dia, cumprindo o determinado pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.300, de 14 de setembro de 2010 e Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que dispõe sobre as condições que vinculam a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS e Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016 que dispõem sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE):

Entidade: SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO				
SISTEMA AIH/CIHA – 2023				
MÊS	AIH - SUS E GRATUITOS	CIH	TOTAL MENSAL	%SUS
Janeiro	4.958	1.390	6.348	78,10%
Fevereiro	5.506	1.021	6.527	84,36%
Março	5.587	1.114	6.701	83,38%
Abril	4.803	1.268	6.071	79,11%
Maio	5.745	1.387	7.132	80,55%
Junho	4.892	1.657	6.549	74,70%
Julho	5.308	1.366	6.674	79,53%
Agosto	5.762	1.404	7.166	80,41%
Setembro	5.087	1.270	6.357	80,02%
Outubro	5.055	1.354	6.409	78,87%
Novembro	4.830	1.774	6.604	73,14%
Dezembro	5.019	1.775	6.794	73,87%
Total Geral	62.552	16.780	79.332	78,85%

Em atendimento às normas específicas que regem as entidades assistenciais de saúde, a demonstração de resultados reflete também os seguintes dados:

Gratuidades:

Tomando como base os critérios e premissas para cálculo da gratuidade de acordo com as exigências legais, os recursos financeiros do Hospital Regional do Vale do Paraíba no desenvolvimento dos serviços de saúde voltados ao atendimento dos pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS, são destinados à assistência integral à saúde de forma inteiramente gratuita. A aprovação dos cálculos bem como das premissas e quantidades de atendimentos informados utilizados pela Entidade, vincula-se às prestações futuras junto ao CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social.

Considerando os requisitos para obtenção da concessão ou renovação do CEBAS (Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021), as pessoas jurídicas qualificadas poderão comprovar sua condição de beneficente, para fins de certificação, através da aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) da receita efetivamente recebida e/ou o percentual de atendimento ao SUS acima do limite de 60% (sessenta por cento).

Durante o ano de 2023, o montante da gratuidade foi de R\$75.389.898,10 (em 2022 - R\$76.261.126,53), sendo respectivamente 27,26% e 29,28% das Receitas totais demonstradas no quadro abaixo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receitas com Saúde	263.032.597,12	251.675.444,61
(-) Glosas – SUS / Convênios	(11.580.972,84)	(7.106.633,59)
(=) Receitas Operacionais com Saúde	251.451.624,28	244.568.811,02
(+) Receitas Subvenções e Rendimentos s/Aplic. Financeira	12.461.785,97	2.474.451,29
(+) Doações	6.646.772,53	10.631.962,23
(+) Receitas Financeiras	1.671.987,22	1.351.647,36
(+) Outras Receitas Operacionais	4.320.904,20	1.511.898,03
(=) Receita Total	276.553.074,20	260.538.769,93

Isonções das Contribuições Previdenciárias/Sociais: representa o montante das contribuições previdenciárias e tributárias apuradas no exercício, que não foram pagas devido ao usufruto da isenção a que fazem jus as entidades filantrópicas, conforme a Lei nº 12.101 de 27/11/2009, Decretos nº 7.237/2010 de 20/07/2010 e nº 7.300/2010 de 14/09/2010, estando assim compostas:

Isonções Usufruídas	31/12/2023	31/12/2022
INSS – Quota Patronal	20.532.826,12	18.677.369,28
COFINS	11.062.122,97	10.421.550,78
CSLL	65.203,44	410.776,78
Total	31.660.152,53	29.509.696,84

15. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Entidade é portadora do Certificado Beneficente de Assistência Social na área da saúde – CEBAS/Saúde, concedido pelo Ministério da Saúde conforme Portaria MS nº 622, de 05 de julho de 2012.

Para o triênio iniciado em 01/01/2019, o certificado foi deferido de acordo com SEI nº 25000.203986/2018-36 e Portaria SAES/MS nº729, de 08/09/2023, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 13/09/2023, com validade de 01/01/2019 a 31/12/2021.

Em 30/11/2021, foi protocolado tempestivamente, o requerimento de renovação, conforme SEI nº 25000.175559/2021-56, o qual se encontra em análise para o período de 01/01/2022 a 31/12/2024.

Até o encerramento dessas demonstrações financeiras, como os pedidos de renovações não foram concluídos, a Entidade está amparada no disposto no §2º, do art. 37, da Lei Complementar nº 187/2021, que estabelece: **"A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado"**.

16. SUBVENÇÕES – PORTARIAS E TERMOS ADITIVOS

Em 2023 a Entidade movimentou os repasses de diferentes subvenções segregadas em Termos Aditivos e Portarias.

Termos Aditivos de Investimentos recebidos em 2022

A Entidade recebeu os seguintes Termos Aditivos de investimentos em 2022, os quais foram utilizados em 2023:

• Termo Aditivo nº 06/2022, no valor de R\$ 600.654,00, visando a transferência de recurso financeiro para investimentos estabelecidos por emenda parlamentar para o hospital. O recurso recebido em 11/11/2022 tem prazo de vigência a partir da data de sua assinatura até o encerramento do Convênio com a SES;

• Termo Aditivo nº 07/2022 no valor de R\$1.356.612,88 visando a transferência de recurso financeiro para execução de adequações estruturais para obtenção de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) do hospital. O recurso recebido em 29/12/2022 tem prazo de vigência a partir da data de sua assinatura até o encerramento do convênio com a SES.

Os repasses recebidos foram acrescentados aos saldos remanescentes do exercício anterior e devidos rendimentos de aplicações financeiras, conforme quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	T.A. 06/2022 (21/11/2022)	T.A. 07/2022 (29/12/2022)	TOTAL
Repasso das verbas	600.654,00	1.356.612,88	1.957.266,88
(+) Rendimentos em 2022	7.278,68	-	7.278,68
(=) Saldo em 31/12/2022	607.932,68	1.356.612,88	1.964.545,56
(+) Rendimentos em 2023	13.966,62	151.573,48	165.540,10
(-) Utilização da Verba em 2023	(585.658,00)	(371.293,76)	(956.951,76)
(=) Saldo a utilizar no exercício seguinte	36.241,30	1.136.892,60	1.173.133,90

Termos Aditivos de Custeio recebidos em 2023

A Entidade recebeu os seguintes Termos Aditivos de custeio em 2023, dos quais não foram utilizados em 2023:

- Termo Aditivo nº 02/2023, visando a realização da estratégia de Redução de Filas de Cirurgias Cardíacas no Estado de São Paulo, constante na Resolução SS nº 81, de 06 de julho de 2023, nos meses de novembro a junho de 2024, no hospital. Valor recebido em 01/12/2023 - R\$645.448,35 e em 11/12/2023 - R\$645.448,35;
- Termo Aditivo nº 03/2023 visando a realização do Programa Nacional de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas no Estado de São Paulo, Portaria nº 90/GM/MS de 03 de fevereiro de 2023, novembro/2023 a maio/2024, no hospital. Valor recebido em 29/12/2023 - R\$417.996,84.

Os repasses recebidos foram acrescentados aos devidos rendimentos de aplicações financeiras, conforme quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	T.A. 02/2023 (01 e 11/12/2023)	T.A. 03/2023 (22/12/2023)	TOTAL
Repasso das verbas	1.290.896,70	417.996,84	1.708.893,54
(+) Rendimentos em 2023	7.944,90	162,07	8.106,97
(=) Saldo a utilizar no exercício seguinte	1.298.841,60	418.158,91	1.717.000,51

Portaria e Resolução recebidas em complementação ao SUS em 2023 utilizadas em 2023

No exercício de 2023 a Entidade recebeu as seguintes portarias/resolução do Ministério da Saúde, conforme segue:

- Portaria GM/MS nº 443, de 20/04/2023: Estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser disponibilizado aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, relativo ao auxílio financeiro às entidades privadas sem fins lucrativos que complementam o Sistema Único de Saúde - SUS, referente à diferença entre os saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores a 2018 e o montante estabelecido na Portaria GM/MS nº 96, de 07 de fevereiro de 2023, nos termos da Lei Complementar nº 197, de 6 de dezembro de 2022. Valor recebido em 19/05/2023 - R\$9.421.365,37;
- Resolução SS nº 140, de 19/10/2023: Dispõe sobre a execução de emendas parlamentares previstas na Lei Orçamentária Anual da União que acrescentam recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS) para o incremento de Média e Alta Complexidade - MAC, e dá providências correlatas. Valor recebido em 23/10/2023 - R\$1.500.000,00;

Os repasses recebidos foram acrescentados aos devidos rendimentos de aplicações financeiras, conforme quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	Portaria 443/2023 (19/05/2023)	Res. SS 140/2023 (23/10/2023)	TOTAL
Repasso das verbas	9.421.365,37	1.500.000,00	10.921.365,37
(+) Rendimentos em 2023	402.221,67	21.622,57	423.844,24
(-) Utilização da Verba em 2023	(9.823.587,04)	(1.521.622,57)	(11.345.209,61)
(=) Saldo a utilizar	0,00	0,00	0,00

Resoluções recebidas em complementação ao Piso da Enfermagem em 2023

No exercício de 2023 a Entidade recebeu a Portaria GM/MS nº 0597 de 12/05/2023, que estabelece os critérios e parâmetros relacionados à transferência de recursos para a assistência financeira complementar da União destinada ao cumprimento dos pisos salariais nacionais de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras no exercício de 2023, conforme segue:

- **Resolução SS nº 148 de 27/10/2023** - Dispõe sobre a transferência de recursos decorrentes de diferenças nos valores do período de maio a agosto de 2023, do repasse da assistência financeira complementar da União destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, dos estabelecimentos da Rede Complementar do SUS-SP (Convênios com entidades sem fins lucrativos e Contratos com entidades privadas). - Valor recebido em 31/10/2023 - R\$189.666,80;

- **Resolução SS nº 166 de 28/11/2023** - Dispõe sobre o complemento financeiro referente a outubro de 2023, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, dos estabelecimentos administrados por Organizações Sociais de Saúde – OSS. - Valor recebido em 30/11/2023 – R\$ 32.542,50;
- **Resolução SS nº 187 de 18/12/2023** - Dispõe sobre o complemento financeiro referente a novembro de 2023 e 13º salário, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, dos estabelecimentos da Rede Complementar do SUS-SP (Convênios com entidades sem fins lucrativos e Contratos com entidades privadas). - Valor recebido em 20/12/2023 - R\$ 70.017,00.

Os repasses recebidos tiveram a seguinte movimentação financeira, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	Valor em R\$	Saldo em 31/12/2023
Resolução SS nº 148 de 27/10/2023 (31/10/2023)	189.666,80	51.496,17
(-) Utilização da Verba em 11/2023	(138.170,63)	
(+) Resolução SS nº 166 de 28/11/2023 (30/11/2023)	32.542,50	11.088,53
(-) Utilização da Verba em 12/2023	(21.453,97)	
(+) Resolução SS nº 187 de 18/12/2023 (20/12/2023)	70.017,00	70.017,00
(+) Rendimentos s/Aplicações Financeiras	561,22	561,22
(=) Total do Saldo Bancário em 31/12/2023	133.162,92	133.162,92

17. RECEITAS OPERACIONAIS

O Hospital Regional do Vale do Paraíba demonstra e apresenta para a Secretaria de Estado da Saúde o Relatório trimestral sobre a posição contabilizada das receitas procedentes de serviços, alheios ao presente instrumento:

17 RECEITAS OPERACIONAIS 2023 (Receitas Alheias)													
ANO 2023	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre			TOTAL
MESES	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
DEMAIS RECEITAS	6.624.502,29	6.987.758,46	10.038.038,74	7.070.237,92	11.121.703,60	7.239.553,68	8.000.962,46	9.759.854,81	10.081.706,58	9.622.643,76	8.966.838,93	7.447.356,21	102.961.157,44
Particulares	36.501,38	40.631,85	74.134,08	122.691,26	91.958,34	73.800,27	54.981,22	221.130,78	58.132,66	161.285,61	172.235,75	74.493,38	1.181.976,58
Convênios Privados (-) Glosas (+) Direitos a Faturar	6.371.174,37	6.597.872,25	8.625.301,94	5.946.421,53	9.433.131,00	7.046.948,45	7.944.770,23	8.990.487,43	10.005.362,76	8.756.474,37	8.442.973,64	6.971.490,36	95.132.408,33
Doações Mat. Med. Imob.	216.826,54	349.254,36	1.338.602,72	1.001.125,13	1.596.614,26	118.804,96	1.211,01	548.236,60	18.211,16	704.883,78	351.629,54	401.372,47	6.646.772,53
RECEITAS DIVERSAS	32.299,03	67.822,47	48.457,95	48.258,92	55.145,36	64.396,86	50.190,34	59.737,07	71.098,16	3.523.006,45	55.994,73	244.496,86	4.320.904,20
Ganhos de Capital	-	-	-	-	-	-	-	255,08	4.868,59	5.035,46	-	6.225,20	16.384,33
Recuperações Diversas	15.348,04	40.024,86	31.385,23	29.209,50	30.566,74	28.469,10	27.841,04	31.057,93	25.291,18	27.819,05	25.921,64	29.454,54	342.388,85
Outras Receitas Diversas	1.781,47	12.710,07	2.072,72	4.045,66	8.520,98	20.927,76	6.632,49	5.068,81	17.691,14	7.493,37	5.759,19	17.332,18	110.035,84
Glosas Recuperadas	169,52	87,54	-	3,76	1.057,64	-	716,81	8.355,25	8.247,25	10.511,24	2.313,90	169.484,94	200.947,85
Convenio com UNITAU	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	44.000,00	22.000,00	22.000,00	223.000,00
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.428.147,33	-	-	3.428.147,33
RECEITAS FINANCEIRAS	148.509,82	119.061,64	177.112,23	111.202,15	137.994,18	128.288,78	118.020,15	144.497,64	130.674,51	145.886,56	142.928,40	167.811,16	1.671.987,22
Rendimentos de Aplicações	146.863,50	117.171,11	146.898,49	108.777,81	119.752,02	120.004,45	117.687,97	130.369,56	126.126,95	142.390,12	140.613,20	150.815,74	1.567.470,92
Juros e Correções Mon.	1.463,31	967,1	3.842,29	801,81	16.146,75	8.248,92	316,46	13.217,98	4.510,16	3.559,43	1.656,32	12.615,42	67.345,95
Descontos Obtidos	183,01	923,43	26.371,45	1.622,53	2.095,41	35,41	15,72	910,1	37,4	-62,99	658,88	4.380,00	37.170,35
TOTAL POR MÊS	6.805.311,14	7.174.642,57	10.263.608,92	7.229.698,99	11.314.843,14	7.432.239,32	8.169.172,95	9.964.089,52	10.283.479,25	13.291.536,77	9.165.762,06	7.859.664,23	108.954.048,86
TOTAL POR TRIMESTRE	24.243.562,63			25.976.781,45			28.416.741,72			30.316.963,06			

18. APLICAÇÕES DE RECURSOS

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais de conformidade com o seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

19. COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas a entidade efetua contratação de seguro em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

As premissas de riscos adotadas, dadas sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. Consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

20. COMPROMISSOS

No encerramento do exercício de 2023 a Entidade não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras.

